



Estado do Rio Grande do Sul
Câmara Municipal de Vereadores de Chuvisca
COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTROLE EXTERNO

PARECER Nº 015/2021

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTROLE EXTERNO

AUTOR DO PROJETO: Poder Executivo

RELATOR: Vereador Ronildo Moraes de Souza

MATÉRIA: Projeto de Lei nº 010/2021, de 04 de março de 2021.

Ementa: "Dispõe sobre o parcelamento, a remissão, a revisão, o cancelamento e o cadastro de créditos tributários e não-tributários, inscritos ou não em Dívida Ativa"

1. RELATÓRIO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo, foi apresentado nesta Casa Legislativa no dia 08/03/2021, sob o protocolo nº 40, indo à leitura na sessão ordinária realizada no dia 09/03/2021, tendo recebido parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Cidadania e Redação Final em 04/05/2021, com posterior encaminhamento à Comissão de Orçamento, Finanças e Controle Externo.

A Comissão se reuniu em 11/05/2021, ocasião em que analisou e deliberou o Projeto de Lei em questão.

É o breve relato.



2. PARECER

Preliminarmente, destaca-se que o indigitado projeto de lei objetiva, em síntese, a autorização legislativa para o parcelamento de créditos, tributários e não-tributários, inscritos ou não em Dívida Ativa, bem como para a remissão de créditos de pequenos valores cuja cobrança pela via judicial gera custos superiores ao Município.

Ronildo Moraes de Souza *Ronildo* *Alf*



Estado do Rio Grande do Sul
Câmara Municipal de Vereadores de Chuvisca
COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTROLE EXTERNO

O Projeto de Lei nº 10, de 04 de Março de 2021, de autoria do Poder Executivo, tramita nesta Casa Legislativa e encontra-se nessa Comissão atendendo as normas regimentais constantes no item 5, alínea "a", inciso II, do art. 68 do Regimento Interno deste Poder Legislativo, com a finalidade de que seja elaborado parecer sobre a matéria.

Conforme já tratado no parecer emitido pela Comissão de Constituição, Justiça, Cidadania e Redação Final, constata-se que a proposição apresenta conformidade com a regulação da matéria, tanto em nível constitucional (art. 37, inciso IX da Constituição Federal) como infraconstitucional (arts. 227 a 230 da Lei Municipal nº 266/2011), portanto, encontra respaldo sob o ponto de vista material.

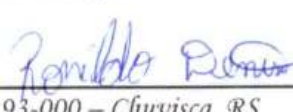

No que diz respeito ao mérito, verifica-se que foi encaminhado pelo Poder Executivo o Anexo de Metas Fiscais que apresenta a estimativa da renúncia de receita projetada para os anos de 2021, 2022 e 2023, bem como a previsão da compensação mediante redução de gastos e geração de superávit financeiro.

Assim, considerando que há estimativa e compensação da renúncia de receita, tem-se que o projeto em questão observa estritamente a legislação correlata, razão pela qual não há óbice à sua regular tramitação.

Portanto, após a análise do mérito da proposição e a confrontação com os princípios constitucionais que regem a Administração Pública, tem-se que há viabilidade técnica e jurídica ao Projeto de Lei em questão.

3. CONCLUSÃO

Ante todo o exposto, conclui-se pela viabilidade técnica e jurídica do Projeto de Lei nº 010/2021, razão pela qual o relator, Ver. Ronildo Moraes de Souza, emite o presente **PARECER FAVORÁVEL** à matéria em análise, opinando pela **APROVAÇÃO** do referido Projeto, com posterior encaminhamento ao Plenário para votação.



Estado do Rio Grande do Sul
Câmara Municipal de Vereadores de Chuvisca
COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTROLE EXTERNO

É o voto

Chuvisca (RS), 11 de maio de 2021.

Denise C. Siemionko
Ver. Denise Caroline Siemionko

Presidente

José Altair N. e Silva
Ver. José Altair N. e Silva

Secretário

Ronildo Moraes de Souza
Ver. Ronildo Moraes de Souza

Relator

(X) a favor, pelas conclusões
do parecer

() contra, pela reprovação do
parecer

(X) a favor, pelas
conclusões do parecer

() contra, pela reprovação
do parecer

(X) a favor, pelas
conclusões do parecer

() contra, pela reprovação
do parecer